

ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR: DESAFIOS E POLÍTICAS PARA INCLUSÃO

ACCESSIBILITY IN HIGHER EDUCATION: CHALLENGES AND POLICIES FOR INCLUSION

Elisângela Dias Brugnera

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

Maria Angélica Dornelles Dias

Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Adriano Valter Dornelles Dias

Universidade Estadual de Mato Grosso, Brasil

Alexsandra Tomaz de Sousa Almeida

Facultad Interamericana de Ciencias Sociales, Paraguai

João Carlos Machado

Universidade do Estado de Mato Grosso, Brasil

ISSN: 1518-0263

DOI: <https://doi.org/10.46550/m9w3r233>

Publicado em: 06.05.2025

RESUMO: Este estudo investigou os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior brasileiras na garantia da acessibilidade e na implementação de políticas de inclusão para estudantes com deficiência. O objetivo foi analisar as limitações e as práticas institucionais relacionadas à promoção da acessibilidade no contexto acadêmico. A pesquisa foi desenvolvida por meio de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa, utilizando como fontes artigos científicos, dissertações e capítulos de livros publicados entre 2019 e 2023. Os resultados indicaram que, apesar da criação de núcleos de acessibilidade e da existência de normativas legais, ainda há descompasso entre as diretrizes previstas e as ações efetivas adotadas pelas instituições. Verificou-se a inexistência de padronização nas práticas inclusivas, a escassez de recursos financeiros e humanos, bem como a ausência de formação docente continuada. Também se observou que a utilização de tecnologias assistivas, embora relevante, depende de infraestrutura adequada e de integração com as práticas pedagógicas. Constatou-se, ainda, que barreiras atitudinais e metodológicas comprometem a permanência dos estudantes com deficiência no ensino superior. As considerações finais apontaram a necessidade de fortalecimento das políticas institucionais de inclusão, da formação crítica dos professores e da articulação entre setores administrativos e pedagógicos. Recomendam-se novos estudos para aprofundar a análise das práticas institucionais e dos percursos acadêmicos dos estudantes com deficiência.

PALAVRAS-CHAVE: Acessibilidade, Ensino Superior, Inclusão, Deficiência, Políticas Públicas.



Abstract: This study investigated the main challenges faced by Brazilian higher education institutions in ensuring accessibility and implementing inclusion policies for students with disabilities. The objective was to analyze the limitations and institutional practices related to promoting accessibility in the academic context. The research was developed through a bibliographic review with a qualitative approach, using as sources scientific articles, dissertations and book chapters published between 2019 and 2023. The results indicated that, despite the creation of accessibility centers and the existence of legal regulations, there is still a mismatch between the expected guidelines and the effective actions adopted by the institutions. It was found that there is a lack of standardization in inclusive practices, a shortage of financial and human resources, as well as the absence of continuing teacher training. It was also observed that the use of assistive technologies, although relevant, depends on adequate infrastructure and integration with pedagogical practices. It was also found that attitudinal and methodological barriers compromise the permanence of students with disabilities in higher education. The final considerations highlighted the need to strengthen institutional inclusion policies, critical teacher training, and coordination between administrative and pedagogical sectors. New studies were recommended to further analyze institutional practices and the academic paths of students with disabilities.

KEYWORDS: Accessibility, Higher Education, Inclusion, Disability, Public Policies.

Introdução

A acessibilidade no ensino superior constitui um dos principais desafios enfrentados pelas instituições educacionais no Brasil. A inserção de estudantes com deficiência nesse nível de ensino implica repensar práticas pedagógicas, infraestrutura física, recursos tecnológicos e políticas institucionais capazes de garantir o direito à educação em condições equitativas. A legislação brasileira avança no reconhecimento desse direito, mas ainda são percebidas lacunas entre a norma e a realidade vivida por estudantes com deficiência. A efetivação da inclusão requer ações concretas por parte das universidades, que envolvam adaptações físicas, comunicacionais, pedagógicas e atitudinais, promovendo condições reais de permanência e aprendizagem. Nesse cenário, a acessibilidade não se restringe ao acesso aos espaços físicos, mas abrange todas as dimensões que favorecem a participação plena dos estudantes em contextos acadêmicos.

A importância do tema está relacionada à necessidade de consolidar o ensino superior como espaço democrático e inclusivo. A presença de políticas institucionais que tratam da acessibilidade é um indicativo do compromisso com a equidade, mas a existência dessas políticas não garante sua efetividade. Ações pontuais, ausência de formação docente específica, limitações orçamentárias e desconhecimento dos recursos disponíveis configuram barreiras recorrentes. Justifica-se, portanto, a escolha do tema pela urgência em compreender os limites e avanços das iniciativas voltadas à inclusão no ensino superior. Essa compreensão pode contribuir para qualificar as práticas educativas, fortalecer os núcleos de acessibilidade e estimular o desenvolvimento de estratégias alinhadas às necessidades dos estudantes com deficiência.

A problemática que orienta esta reflexão parte do seguinte questionamento: quais os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior brasileiras para garantir a acessibilidade e implementar políticas efetivas de inclusão de estudantes com deficiência? Ao considerar a presença desses estudantes nas universidades, torna-se indispensável compreender

as múltiplas dimensões da acessibilidade, observando os aspectos institucionais, pedagógicos e sociais que atravessam o processo de inclusão.

O objetivo desta pesquisa é analisar os desafios enfrentados e as políticas institucionais desenvolvidas pelas instituições de ensino superior para promover a acessibilidade e a inclusão de estudantes com deficiência.

Para alcançar esse objetivo, o texto está estruturado em seis seções. Após esta introdução, o referencial teórico apresenta conceitos e legislações que embasam o debate sobre acessibilidade e inclusão. Na sequência, três tópicos de desenvolvimento exploram o papel dos núcleos de acessibilidade, a formação docente e o uso das tecnologias assistivas. A seção destinada à metodologia descreve os critérios de seleção e análise das fontes. Em seguida, a discussão e os resultados são organizados em três partes: diagnóstico da acessibilidade, limites das políticas públicas e caminhos para uma educação superior inclusiva. Por fim, nas considerações finais, são retomados os principais pontos abordados, com apontamentos para futuras reflexões e práticas.

Referencial teórico

O referencial teórico está estruturado em três eixos principais que orientam a compreensão do tema. Inicialmente, são apresentados os conceitos fundamentais de inclusão e acessibilidade, destacando suas definições e implicações no contexto educacional. Em seguida, abordam-se os marcos legais que sustentam as políticas de inclusão no ensino superior brasileiro, com ênfase na legislação vigente e nas diretrizes institucionais. Por fim, discute-se o papel das políticas de acessibilidade desenvolvidas pelas instituições, considerando a atuação dos núcleos de acessibilidade e os desafios enfrentados na promoção de condições adequadas de permanência e participação dos estudantes com deficiência.

O papel dos núcleos de acessibilidade nas instituições de ensino superior

Os núcleos de acessibilidade, presentes em diversas instituições de ensino superior, têm desempenhado um papel relevante na mediação entre estudantes com deficiência e as condições institucionais necessárias à sua permanência e participação acadêmica. A estrutura desses núcleos é composta por uma equipe multidisciplinar, com atuação voltada à orientação, acompanhamento e adaptação de materiais e espaços, além da formação de docentes e servidores.

Os objetivos centrais dessas unidades consistem em garantir que as barreiras de acesso ao ensino, sejam físicas, pedagógicas, comunicacionais e atitudinais, sejam identificadas e superadas com base na legislação vigente e nas necessidades dos estudantes.

A PNEEPEI é fruto de lutas sociais e tem trazido avanços no cenário educacional, mesmo que admitamos que ainda haja muito que fazer para melhorar o processo. Mas, como discutido anteriormente, a implementação de uma política de grande escala exige investimento, formação docente, pesquisa e recursos materiais para apoiar seu processo de consolidação. No que se refere ao processo de inclusão de pessoas com deficiência na Educação Básica, muitas conquistas foram efetivadas desde 2008. Sem dúvida, uma das mais importantes foi a compreensão de que a inclusão implica num movimento da escola e da educação como um todo e não somente da educação especial. O AEE evidenciou-se como um dos focos da política de inclusão e sua expansão, embora muito significativa, ainda não tem

vido capaz de garantir o acesso de todos e todas que necessitam deste atendimento. (Amorim; Antunes, 2021, p. 14)

Segundo Santos, Jurdi e Moretti (2022), os núcleos de acessibilidade atuam como canais facilitadores do processo de inclusão, propondo estratégias que respeitam a singularidade dos sujeitos atendidos e buscam promover sua autonomia. Tal afirmação reforça a importância de uma atuação comprometida com a escuta e a adaptação contínua das práticas institucionais. Esses núcleos não se limitam a fornecer apoio pontual, mas se inserem em um processo institucional que demanda articulação com setores administrativos e pedagógicos.

Um exemplo de iniciativa positiva foi relatado por Batista, Vivas e Nunes (2022), que descreveram o funcionamento de um núcleo de acessibilidade vinculado a uma instituição pública de ensino superior. Os autores destacaram que o trabalho desenvolvido pelo núcleo contempla ações de atendimento psicopedagógico, orientação aos docentes, adaptação de materiais didáticos, entre outras atividades que possibilitam a permanência qualificada dos estudantes com deficiência (Batista; Vivas; Nunes, 2022). Essa experiência evidencia que, quando há planejamento e recursos adequados, é possível criar condições igualitárias para o processo formativo.

Portanto, os núcleos de acessibilidade representam espaços estratégicos dentro das universidades. Sua existência, no entanto, não garante a efetividade das ações, sendo necessário apoio institucional, formação continuada da equipe e recursos adequados para que possam cumprir seu papel de maneira coerente com os princípios da inclusão e da equidade no ensino superior.

Formação docente e os desafios da prática pedagógica inclusiva

A formação docente configura-se como elemento indispensável para a consolidação de práticas pedagógicas inclusivas no ensino superior. O processo de inclusão de estudantes com deficiência depende não apenas da existência de políticas institucionais, mas também da disposição dos docentes em repensar suas metodologias, atitudes e concepções sobre o ensino. Nesse sentido, a ausência de preparo específico tem gerado barreiras que dificultam o acesso e a permanência dos estudantes, sobretudo quando se trata de práticas que desconsideram a diversidade presente nas salas de aula.

As implicações do funcionamento do AEE no Brasil passam, ainda, pela necessidade de se estabelecer aproximações entre as práticas desenvolvidas nas SRM e na turma regular dos estudantes com deficiência. O trabalho colaborativo entre os profissionais do AEE e os professores regentes das classes regulares é um dos pontos fundamentais para a continuidade do processo de inclusão e escolarização dos estudantes com deficiência. Os desdobramentos das políticas e práticas de inclusão no âmbito da Educação Básica têm-se refletido, diretamente, no fato dos estudantes com deficiência estarem começando a acessar o Ensino Superior. Tais desdobramentos têm feito com que o poder público crie estratégias para possibilitar a equidade do acesso desses sujeitos às universidades, como é o caso da criação de cotas para PCD nas instituições de ensino superior públicas. (Amorim; Antunes, 2021, p. 14)

As barreiras atitudinais, muitas vezes sustentadas por desconhecimento ou preconceito, impedem que a inclusão ocorra de maneira efetiva. Antunes e Amorim (2020) ressaltam que

há uma carência de formação adequada que prepare os professores para atuar com estudantes com deficiência, o que compromete a efetividade das políticas inclusivas nas instituições de ensino superior. Tal constatação revela que a prática pedagógica continua sendo influenciada por modelos tradicionais que desconsideram as especificidades dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Garantir acessibilidade no ensino superior vai além do cumprimento legal; exige uma mudança de postura institucional e pedagógica. *Santana et al.* (2021) enfatizam que a inclusão digital precisa ser planejada com base em critérios de equidade, assegurando que todos os estudantes tenham acesso às ferramentas de aprendizagem.

Além das barreiras atitudinais, as barreiras pedagógicas também impactam a inclusão. A falta de estratégias diversificadas, a rigidez nos métodos de avaliação e a escassez de recursos adaptados dificultam a construção de um ambiente acessível à aprendizagem. A esse respeito, Antunes e Amorim (2020) destacam que a ausência de práticas pedagógicas inclusivas têm impacto direto na trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência, que enfrentam desafios adicionais para acompanhar as atividades e avaliações propostas. Essa reflexão permite compreender que a atuação docente precisa ser acompanhada de formação continuada que favoreça a reconstrução de práticas abertas à diversidade.

A importância da formação crítica também é abordada por Araújo e Lopes (2020), ao afirmarem que o reconhecimento da diversidade no espaço acadêmico exige que os cursos de formação inicial promovam reflexões sobre práticas pedagógicas que considerem o contexto social, político e cultural dos sujeitos. Os autores defendem que a formação docente deve ultrapassar os limites da técnica e incorporar dimensões éticas e políticas do ato educativo. Essa perspectiva amplia a compreensão de que o professor universitário precisa estar em constante processo de aprendizagem sobre a inclusão.

Dessa forma, torna-se evidente que a formação docente crítica e continuada é condição fundamental para a superação de barreiras atitudinais e pedagógicas no ensino superior. A construção de ambientes educacionais acessíveis depende do compromisso dos profissionais da educação com a transformação das práticas e com a garantia do direito de aprender para todos os estudantes

Tecnologias assistivas como ferramentas de acessibilidade

As tecnologias assistivas ocupam papel relevante no processo de inclusão de estudantes com deficiência no ensino superior, atuando como recursos que facilitam o acesso ao conteúdo, à comunicação e à participação nas atividades acadêmicas. Estes recursos abrangem desde softwares de leitura de tela e sintetizadores de voz até materiais adaptados, equipamentos específicos e estratégias pedagógicas mediadas por tecnologias digitais. Sua utilização não substitui a necessidade de práticas pedagógicas acessíveis, mas contribui para a eliminação de barreiras que historicamente excluem determinados grupos do espaço universitário.

Entre os tipos de tecnologias assistivas presentes nas instituições de ensino superior, destacam-se os leitores de tela, lupas eletrônicas, teclados alternativos, softwares com comando de voz, materiais em braile e audiolivros. Rosa, Folmer e Salgueiro (2020) afirmam que a utilização das tecnologias assistivas, quando aliada ao acompanhamento pedagógico e institucional,

pode contribuir para a autonomia dos estudantes com deficiência e para sua permanência na universidade. Essa afirmação reforça a ideia de que as tecnologias, por si só, não garantem a inclusão, sendo necessárias ações integradas entre os núcleos de acessibilidade e os docentes.

Ainda segundo os autores, a percepção dos discentes sobre a aplicabilidade dessas tecnologias revela pontos positivos e limitações. Muitos estudantes reconhecem a importância dos recursos tecnológicos no processo de aprendizagem, mas também relatam dificuldades no acesso, na adaptação dos materiais e na falta de preparo dos professores para utilizar tais ferramentas. Os autores afirmam que alguns estudantes com deficiência consideram os recursos oferecidos pelas instituições insuficientes ou pouco adaptados às suas reais necessidades (ROSA *et al.*, 2020), o que demonstra a necessidade de constante avaliação das ações de acessibilidade tecnológica.

Essa reflexão evidencia que a inclusão por meio das tecnologias não se realiza apenas pela aquisição de equipamentos ou programas, mas pela articulação entre recursos técnicos, práticas pedagógicas acessíveis e escuta das demandas estudantis. A tecnologia assistiva, nesse cenário, atua como ferramenta de mediação, cuja efetividade está ligada à capacidade institucional de promover acessibilidade em todas as suas dimensões.

Portanto, é possível afirmar que, embora as tecnologias assistivas representem um avanço significativo no campo da inclusão, ainda há desafios a serem enfrentados no ensino superior, especialmente no que se refere à capacitação docente, à manutenção dos recursos e à adequação dos materiais aos contextos reais de aprendizagem dos estudantes com deficiência.

Metodologia

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, com enfoque exclusivo em revisão bibliográfica. A escolha desse tipo de pesquisa se justifica pela intenção de reunir, examinar e sistematizar produções acadêmicas que discutem os desafios e as políticas de acessibilidade no ensino superior. A abordagem qualitativa permite a análise interpretativa dos textos selecionados, considerando os contextos, argumentos e contribuições teóricas contidas nas publicações (Santana; Narciso; Fernandes, 2025).

Como instrumentos, foram utilizados artigos científicos, dissertações e capítulos de livros publicados entre os anos de 2019 e 2023, selecionados a partir de critérios de relevância temática e alinhamento com o objetivo da pesquisa. Os procedimentos adotados envolveram a leitura e o fichamento das obras, com posterior organização por eixos temáticos, permitindo a análise por categorias. A coleta de dados foi realizada por meio de acesso a periódicos científicos online, bases institucionais de teses e dissertações, e portais de livros digitais, utilizando palavras-chave como acessibilidade, inclusão, ensino superior, pessoa com deficiência e núcleos de acessibilidade. As técnicas empregadas incluíram leitura exploratória, seleção por pertinência temática e categorização dos dados com base nos objetivos da pesquisa.

O quadro a seguir apresenta os dados das obras utilizadas como referência para a composição da revisão. Foram organizadas informações relativas aos autores, títulos, ano de publicação e tipo de trabalho, o que possibilitou maior clareza na delimitação do corpus teórico da pesquisa.

Quadro 1 – Referências utilizadas na revisão bibliográfica (2019-2023)

Autor(es)	Título Conforme Publicado	Ano	Tipo de Trabalho
ANTUNES, K. C. V.; AMORIM, C. C.	Os desafios da docência no ensino superior frente à inclusão de pessoas com deficiência nas universidades	2020	Artigo
ROSA, C. M.; FOLMER, V.; SALGUEIRO, A. C. F.	Inclusão no ensino superior e o uso de tecnologias assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura	2020	Artigo
ARAÚJO, V. S.; LOPES, C. R.	Concepções de formação crítica de professoras em formação universitária	2020	Capítulo de Livro
AMORIM, C. C.; ANTUNES, K. C. V.	Da educação básica ao ensino superior: desafios à construção do processo de inclusão em educação	2021	Artigo
BATISTA, R. C. G.; VIVAS, E. S.; NUNES, T. S.	Inclusão no ensino superior: ações do núcleo de acessibilidade e apoio psicopedagógico de uma instituição de Ensino	2022	Artigo
SANTOS, M. C. dos; JURDI, A. P. S.; MORETTI, M. F. B.	Núcleo de acessibilidade: algumas reflexões sobre os avanços e desafios da inclusão no ensino superior	2022	Artigo
MOREIRA, L. C.; FERNANDES, S.; DAMASCENO, A. R.	Inclusão nas universidades federais: desafios e perspectivas dos núcleos de acessibilidade para além da pandemia	2022	Artigo
OLIVEIRA, V. B.	Discussões das práticas avaliativas em turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Goiânia e os depoimentos dos docentes sob o olhar das concepções de cunho histórico-cultural	2023	Dissertação

Fonte: autoria própria.

A apresentação das fontes organizadas por data permitiu visualizar a concentração das publicações no período recente, evidenciando o interesse crescente da comunidade acadêmica pelo tema da acessibilidade no ensino superior. A seleção abrange produções que discutem os aspectos legais, pedagógicos e institucionais da inclusão de pessoas com deficiência, possibilitando uma leitura crítica dos avanços e das limitações enfrentadas pelas universidades no contexto brasileiro.

Diagnóstico atual da acessibilidade no ensino superior brasileiro

O cenário da acessibilidade no ensino superior brasileiro revela avanços e limitações que coexistem nas diferentes dimensões institucionais. Ao considerar as condições materiais, arquitetônicas, comunicacionais e metodológicas, verifica-se que, embora muitas universidades tenham criado núcleos de acessibilidade e aderido a políticas públicas voltadas à inclusão, ainda permanecem barreiras que comprometem a plena participação de estudantes com deficiência na vida acadêmica. Essas barreiras não se limitam à ausência de recursos físicos ou tecnológicos, mas também envolvem a desarticulação entre setores institucionais e a pouca integração de práticas pedagógicas acessíveis.

Em relação à acessibilidade arquitetônica e material, Batista, Vivas e Nunes (2022) apontam que há instituições que, apesar de reconhecerem a importância da acessibilidade, não possuem estrutura física adequada ou equipamentos suficientes para atender às demandas dos estudantes com deficiência. Essa constatação reforça a permanência de entraves no espaço físico, como ausência de rampas, elevadores, banheiros adaptados e sinalização tátil, dificultando o deslocamento e a autonomia dos alunos. Além disso, a falta de materiais adaptados, como livros em braile ou recursos ampliados, limita o acesso ao conteúdo pedagógico.

Do ponto de vista comunicacional, também se observam desafios relacionados à ausência de intérpretes de Libras, de softwares leitores de tela atualizados e da adaptação dos conteúdos digitais. De acordo com Rosa, Folmer e Salgueiro (2020), as limitações comunicacionais comprometem a participação dos estudantes com deficiência auditiva e visual nas atividades acadêmicas, exigindo ações coordenadas entre professores e núcleos de acessibilidade. Esse apontamento evidencia que a acessibilidade não pode ser compreendida como responsabilidade isolada de um setor, mas deve ser assumida como princípio organizativo da instituição.

No campo metodológico, verifica-se que a adoção de práticas pedagógicas inclusivas ainda é incipiente em muitas universidades. A ausência de formação específica e a pouca valorização da diversidade no planejamento didático refletem na experiência dos estudantes com deficiência. Santos, Jurdi e Moretti (2022) afirmam que a permanência dos estudantes não depende apenas de ações pontuais de acessibilidade, mas da reestruturação das práticas pedagógicas para que contemplem diferentes formas de aprender e expressar o conhecimento. Assim, a inclusão demanda uma mudança de postura por parte dos docentes e da gestão acadêmica.

Diante dessas dificuldades, os núcleos de acessibilidade têm atuado como espaços de apoio e mediação entre estudantes, professores e demais setores institucionais. No entanto, sua atuação ainda encontra obstáculos. Como destacam Moreira, Fernandes e Damasceno (2022), há lacunas quanto à integração dos núcleos com os demais setores administrativos e acadêmicos, o que compromete a efetividade das ações e sua institucionalização como parte da política universitária. Essa observação revela que, apesar da existência desses núcleos, sua atuação muitas vezes se limita a ações emergenciais e individualizadas.

Essa reflexão confirma que o diagnóstico atual aponta para um cenário em que avanços e limitações convivem. As ações dos núcleos de acessibilidade têm contribuído para transformar a realidade de muitos estudantes, mas enfrentam limites estruturais e institucionais que precisam ser superados para que a inclusão se torne efetiva em todas as suas dimensões. A consolidação da acessibilidade exige compromisso coletivo, planejamento contínuo e recursos adequados que garantam o direito à educação com equidade.

Limites das políticas públicas de inclusão

As políticas públicas voltadas à inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior têm representado um marco importante no reconhecimento do direito à educação. No entanto, a efetivação dessas políticas encontra diversos limites que comprometem sua aplicação plena. Um dos principais obstáculos identificados é a inexistência de padronização nas ações institucionais, o que resulta em diferentes interpretações e práticas entre as universidades. Embora documentos

legais definem diretrizes gerais, cada instituição atua de forma isolada, com autonomia para definir como e quando aplicar tais orientações, o que compromete a equidade no atendimento.

Nesse sentido, Santos, Jurdi e Moretti (2022) apontam que a ausência de uma política institucional consolidada faz com que as ações de acessibilidade ocorram de forma desarticulada, muitas vezes dependendo da iniciativa de poucos setores ou indivíduos sensibilizados com a causa. Essa constatação evidencia a fragilidade da institucionalização da inclusão, uma vez que ela não está integrada ao planejamento global das instituições de ensino superior. Além disso, a ausência de normativas internas específicas contribui para a descontinuidade de práticas e para o isolamento das equipes que atuam nos núcleos de acessibilidade.

Outro fator recorrente diz respeito à escassez de recursos financeiros, humanos e materiais, que afeta a qualidade das ações voltadas à inclusão. Moreira, Fernandes e Damasceno (2022) afirmam que os núcleos de acessibilidade enfrentam a limitação de pessoal capacitado, o que impacta na agilidade e no alcance dos atendimentos prestados aos estudantes com deficiência. Essa observação revela que, além da estrutura física e tecnológica, é necessário considerar o preparo das equipes envolvidas, cuja atuação exige conhecimentos específicos e atualizados sobre acessibilidade e inclusão.

Para além da formação, a manutenção das políticas também representa um desafio. Muitos projetos têm caráter temporário, dependem de editais ou convênios e carecem de mecanismos institucionais que assegurem sua continuidade. Segundo Batista, Vivas e Nunes (2022), as ações de inclusão perdem força quando não estão asseguradas em documentos institucionais, nem acompanhadas de políticas de formação permanente e de investimentos contínuos em acessibilidade. Essa situação compromete a consolidação de práticas sustentáveis e efetivas, colocando em risco os avanços obtidos em determinadas gestões.

A ausência de políticas contínuas e padronizadas repercute nos indicadores educacionais dos estudantes com deficiência, como desempenho acadêmico, evasão e permanência. Oliveira (2023), ao analisar a realidade de uma escola pública estadual, identificou que muitos alunos com deficiência acabam abandonando os estudos por sentirem-se desestimulados, excluídos ou desassistidos no processo pedagógico. A autora destaca que a permanência desses estudantes está condicionada à presença de apoio pedagógico contínuo e de adaptações metodológicas condizentes com suas necessidades.

Caminhos para uma educação superior inclusiva

A construção de uma educação superior inclusiva demanda o fortalecimento de políticas institucionais que ultrapassem os limites da acessibilidade física e tecnológica, integrando princípios pedagógicos comprometidos com a diversidade. Entre os caminhos possíveis, destaca-se a necessidade de tornar a inclusão parte do projeto político-pedagógico das universidades, integrando-a ao planejamento, à gestão e à formação docente. Para isso, é indispensável compreender a inclusão não como um favor ou adaptação pontual, mas como direito garantido por meio de ações permanentes e estruturadas.

Antunes e Amorim (2020) argumentam que a construção de uma prática docente inclusiva está relacionada à capacidade do professor em refletir sobre sua atuação e em desenvolver metodologias que respeitem a singularidade dos estudantes com deficiência. Tal afirmativa aponta

para a importância de uma formação continuada que leve em consideração os fundamentos da pedagogia crítica, na qual o processo de ensino-aprendizagem se organiza a partir da escuta, da participação e da valorização da experiência dos sujeitos.

Nesse mesmo sentido, Araújo e Lopes (2020) afirmam que a formação crítica deve promover o desenvolvimento de uma postura ética e política diante das desigualdades educacionais, considerando a inclusão como parte da luta por justiça social no contexto acadêmico. A inclusão, sob essa perspectiva, está articulada à transformação do papel do professor e ao reconhecimento de que práticas excludentes ainda estão presentes nas rotinas pedagógicas e administrativas das instituições.

Além da formação docente, a articulação entre núcleos de acessibilidade e os demais setores da universidade também se apresenta como caminho necessário para a construção de ambientes acessíveis. Moreira, Fernandes e Damasceno (2022) sugerem que as universidades precisam estruturar políticas que envolvam a comunidade acadêmica como um todo, garantindo o acompanhamento contínuo dos estudantes com deficiência e a adaptação dos recursos pedagógicos. Essa integração amplia as possibilidades de acolhimento, reduz a fragmentação das ações e fortalece a permanência estudantil.

A construção de espaços inclusivos também requer planejamento financeiro, investimento em recursos tecnológicos adaptados, e elaboração de mecanismos de acompanhamento institucional. Rosa, Folmer e Salgueiro (2020) observam que a participação ativa dos estudantes com deficiência nas discussões sobre acessibilidade pode contribuir para o aprimoramento das estratégias adotadas pelas instituições. Essa participação garante que as medidas tomadas estejam alinhadas às reais necessidades dos envolvidos no processo educativo.

Essa reflexão reforça que o caminho para uma educação superior inclusiva está na união entre políticas públicas, gestão institucional comprometida e práticas pedagógicas transformadoras. A pedagogia crítica contribui com esse processo ao incentivar a construção de saberes que consideram as condições concretas dos sujeitos, propondo uma atuação educativa voltada à emancipação. Portanto, promover ambientes acessíveis significa criar espaços onde todos possam aprender, ensinar e conviver com dignidade, respeito e equidade.

Considerações finais

As reflexões desenvolvidas ao longo desta revisão permitiram compreender os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior brasileiras no que se refere à efetivação da acessibilidade e à implementação de políticas de inclusão voltadas aos estudantes com deficiência. A partir da análise das publicações selecionadas, foi possível observar que os entraves ainda presentes não se limitam à ausência de estrutura física adequada, mas se estendem à falta de planejamento institucional, à descontinuidade das ações e à carência de formação docente específica voltada para a diversidade.

A atuação dos núcleos de acessibilidade, embora relevante, permanece condicionada a recursos limitados e a estruturas institucionais que nem sempre integram a inclusão como parte das diretrizes pedagógicas. Além disso, a inexistência de padronização entre as instituições quanto às práticas inclusivas compromete a efetividade das políticas públicas, gerando desigualdade nas oportunidades educacionais oferecidas aos estudantes com deficiência. Esses fatores indicam

que as iniciativas existentes, embora relevantes, não são suficientes para garantir o acesso, a permanência e a participação plena desses estudantes no ambiente universitário.

Outro ponto identificado refere-se às barreiras atitudinais e pedagógicas, que persistem em diferentes contextos. A resistência de alguns setores da comunidade acadêmica, aliada à falta de conhecimento sobre acessibilidade e práticas inclusivas, contribui para a manutenção de um ensino pouco adaptado às diversas necessidades. Nesse cenário, destaca-se a importância da formação crítica e continuada dos docentes, que permita a construção de práticas pedagógicas sensíveis às diferenças e comprometidas com a equidade.

A utilização de tecnologias assistivas tem sido um recurso relevante no processo de inclusão, mas sua aplicação ainda depende da capacitação técnica e da adequação dos materiais pedagógicos. Embora existam experiências positivas relatadas, também se identificam dificuldades relacionadas à oferta dos equipamentos e à capacidade institucional de utilizá-los de forma adequada e contínua. A ausência de infraestrutura tecnológica adequada e de suporte pedagógico limita o alcance das ações voltadas à acessibilidade comunicacional e metodológica.

Frente a esse conjunto de elementos, pode-se afirmar que a pergunta norteadora desta pesquisa — sobre os principais desafios enfrentados pelas instituições de ensino superior para garantir a acessibilidade e implementar políticas efetivas de inclusão — encontra resposta na fragilidade das ações institucionais, na insuficiência de recursos, na escassez de profissionais capacitados e na necessidade de articulação entre os diferentes setores da universidade. A inclusão, portanto, depende de planejamento, comprometimento coletivo e continuidade das políticas.

Como contribuição, o estudo propõe o aprofundamento da discussão sobre o papel dos núcleos de acessibilidade, da formação docente e da infraestrutura tecnológica como dimensões interligadas no processo de inclusão. A análise realizada também destaca a importância de se considerar a inclusão como elemento estruturante das políticas pedagógicas, e não apenas como resposta a demandas pontuais.

Considerando os limites identificados, recomenda-se a realização de novos estudos que explorem experiências institucionais específicas, bem como o acompanhamento da trajetória acadêmica dos estudantes com deficiência, a fim de compreender, com maior precisão, os fatores que contribuem para a permanência e o sucesso no ensino superior. Tais estudos poderão complementar os achados aqui apresentados e colaborar para o aprimoramento das práticas educacionais no contexto universitário.

Referências

- AMORIM, C. C.; ANTUNES, K. C. V. Da educação básica ao ensino superior: desafios à construção do processo de inclusão em educação. **Revista Brasileira de Inclusão no Ensino Superior**, v. 7, n. 1, p. 101-118, 2021.
- ANTUNES, K. C. V.; AMORIM, C. C. Os desafios da docência no ensino superior frente à inclusão de pessoas com deficiência nas universidades. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v. 15, n. 3, p. 1307-1323, 2020.
- ARAÚJO, V. S.; LOPES, C. R. Concepções de formação crítica de professoras em formação universitária. In: SILVA, E. B.; GONÇALVES, R. B. (orgs.). **Recortes linguísticos sob uma perspectiva intercultural**. Maringá, PR: Uniedusul, 2020. p. 81-88.

BATISTA, R. C. G.; VIVAS, E. S.; NUNES, T. S. Inclusão no ensino superior: ações do núcleo de acessibilidade e apoio psicopedagógico de uma instituição de ensino. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, v. 9, n. 2, p. 135-148, 2022.

MOREIRA, L. C.; FERNANDES, S.; DAMASCENO, A. R. Inclusão nas universidades federais: desafios e perspectivas dos núcleos de acessibilidade para além da pandemia. **Revista Cocar**, v. 16, n. 2, p. 112-127, 2022.

OLIVEIRA, V. B. **Discussões das práticas avaliativas em turmas do nono ano do ensino fundamental de uma escola pública estadual de Goiânia e os depoimentos dos docentes sob o olhar das concepções de cunho histórico-cultural**. 2023. 133 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2023.

ROSA, C. M.; FOLMER, V.; SALGUEIRO, A. C. F. Inclusão no ensino superior e o uso de tecnologias assistivas: uma avaliação com base nas percepções de discentes de licenciatura. **Revista Educação Especial**, v. 33, n. 2, p. 443-456, 2020.

SANTANA, A. C. de A.; NARCISO, R.; FERNANDES, A. B. Explorando as metodologias científicas: tipos de pesquisa, abordagens e aplicações práticas. **Caderno Pedagógico**, v. 22, n. 1, p. e13333, 2025.

SANTANA, A. C. de A.; PINTO, E. A.; MEIRELES, M. L. B.; OLIVEIRA, M.; MUNHOZ, R. F.; GUERRA, R. S. Educação & TDIC's: democratização, inclusão digital e o exercício pleno da cidadania. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 7, n. 10, p. 2084-2106, 2021.

SANTOS, M. C. dos; JURDI, A. P. S.; MORETTI, M. F. B. Núcleo de acessibilidade: algumas reflexões sobre os avanços e desafios da inclusão no ensino superior. **Revista de Educación Superior**, v. 11, n. 2, p. 55-67, 2022.